

O CORREIO NO CONCELHO DE ALBERGARIA-A-VELHA

*Jorge Luís P. Fernandes **
(filatelia@galitos.pt)

Introdução

Já várias vezes escrevemos trabalhos sobre Filatelia para publicações não especializadas, de interesse geral, e sempre equacionámos o problema: na linguagem a usar como contextualizar o sentido da escrita, correndo o risco de os não iniciados não entenderem o nosso pensamento, isto por um lado; por outro lado, os filatelistas conhecedores não deixariam de rir-se para dentro, ou de comentar que: “Isso todos nós sabemos! ...”

Correspondendo ao honroso convite que nos foi formulado pelo Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, Dr. Delfim Bismarck, vamos tentar agradar a todos, recorrendo aquilo que sabemos de Filatelia, com especial ênfase no que concerne aos Correios neste Concelho.

Notas preliminares

De acordo com a linha de pensamento que antes expressámos, resolvemos, com estas notas preliminares, fazer uma breve incursão na história dos transportes e comunicações em geral, considerando a sua óbvia ligação com o serviço de Correios.

Também analisaremos, de forma sumária, a evolução da Filatelia que segue a par e passo a história dos Correios.

A evolução do Correio organizado em Portugal pode dividir-se em três períodos distintos:

1.º Período – 1520 a 1606 (86 anos)

D. Manuel I, por Carta de 6 de Novembro de 1520, passada em Évora, nomeou para o cargo de **Correio Mor do Reino** Luís Homem. Iniciava-se assim o correio como serviço público, no nosso país.

Com uma rede de estradas muito deficiente, sem vias de comunicação minimamente aceitáveis, o transporte de correspondências a pé ou por cavalo e mais tarde pela Mala-Posta, era muito irregular e os portes eram caros, portanto inacessíveis ao povo em geral. Existem provas de que uma carta demorava uma semana de Lisboa ao Porto. O que não seria em relação a outros destinos?! ... (Figura 1)

* Editor da Revista “Selos & Moedas”, órgão da Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos.



Figura 1 – O correio a cavalo era muito caro, privilégio dos ricos e poderosos, das hierarquias elevadas da Igreja, dos abastados comerciantes... Original do Selo da emissão 3.^a Exposição Filatélica Portuguesa, 1944, de Alberto de Sousa. Fundação Portuguesa das Comunicações.

Nesta época existiam Correios Assistentes (que por vaidade se auto intitulavam Correios Mores), no Porto, Braga, Coimbra e Aveiro. Registe-se que um dos primeiros Correios Mores nomeados foi o de Aveiro.

Deste período não são conhecidas quaisquer marcas quer nominais ou de porte.

2.º Período – 1606 a 1797 (191 anos)

Durante a ocupação filipina, Filipe II, muito carente de dinheiro, vendeu o ofício de Correio Mor a Luís Gomes da Mata, (Figura 2) pela elevadíssima quantia (para a época) de setenta mil cruzados. A Carta de Venda ou Alvará tem data de 19 de Julho de 1606.



Figura 2 – Luís Gomes da Mata que comprou o ofício de Correio por 70.000 cruzados em 1606. Gravura do livro “Velhos Papéis do Correio”, por Dodofredo Ferreira.

Os Correios, foram, assim, monopólio da família Mata – mesmo após a restauração da independência – durante quase 200 anos, até à sua integração na Coroa.

Neste período os Correios tiveram algum incremento tendo sido efectuados diversos convénios com países estrangeiros. O que era natural dado que eram muito grandes os proventos que aquela família usufruía.

Antes rendeiros do **Correio Mor do Reino**, os Correios Assistentes passaram a ser rendeiros dos sucessivos Correios Mores da família Mata, pois que o monopólio passou de pais para filhos e sobrinhos, até ao Correio Mor Manuel José da Maternidade da Mota de Sousa Coutinho, primeiro Conde de Penafiel.

Este 11.º e último Correio Mor negociou com a Coroa (reinado de D.^a Maria I) a reintegração dos serviços do Correio no Estado, que chamou a si a sua administração. Foi paga uma elevadíssima indemnização e concedidas algumas honrarias a este último Correio Mor, que foi considerado, no seu tempo, um dos mais ricos homens de Portugal e da Europa.

É curioso referir que os Correios Assistentes, além das rendas, pagavam ainda “pitanças” em géneros, conforme uma lista elaborada posteriormente por um funcionário dos Correios. Transcrevemos apenas cinco exemplos referidos no interessantíssimo documento: o Correio de Abrantes pagava – 3 dúzias de melancias, 3 centos de marmelos, 3 sacos de castanha pilada, 3 cestos de castanhas vergulosas [?], e um alqueire de ameixas passadas; o Correio do Porto contribuía com – 2 dúzias de barris de lampreias, 2 caixas de morcelas, 2 barris de lombos e 14 arrobas de presuntos [?..]; de Viana do Castelo a “pitança” incluía– 4 maços de linhas, 60 varas de guardanapos e 1 salmão; Aveiro, que nos interessa mais directamente, pagava – 3 dúzias de barris de mexilhões; de Faro vinha uma “pitança” de pasmar –3 dúzias de ceiras de figos (o que é normal) e mais 4 esteiras ordinárias e 2 dúzias de vassouras!!!

Os 44 Correios mencionados na lista, pagavam em género aos Correios Mores produtos que chegariam para abastecer um minimercado na actualidade! Só presuntos, não contando com 13 unidades, somámos 36 arrobas ou 540 quilos (arredondando: 15 quilos/arroba). Como é que os “donos” dos Correios consumiam os queijos, frutas, mexilhões, lampreias, o atum de escabeche, as perdizes, as marrãs, os paios e salsichões e como é que faziam ou que destino dariam a meia tonelada de presuntos, é coisa de que não reza a história!...

Depois deste parêntesis um pouco à margem do tema do nosso trabalho, mas que certamente será de interesse para os leitores, voltemos, com objectividade, ao assunto principal.

3.º Período – 1797 a 1853 (56 anos)

No Reinado de D.^a Maria I, (Figura 3) por decreto de 18 de Janeiro de 1797, extinto o cargo de Correio Mor do Reino e tendo sido criada a Administração dos Portos, Correios e Diligências da Terra e Mar, sob a tutela de um Ministro de Estado, foi nomeado Superintendente Geral dos Correios o Dr. José Diogo de Mascarenhas Neto. (Figura 4)



Figura 3 – A Rainha D. Maria I.

Figura 4 – O Dr. José Diogo de Mascarenhas Neto, Superintendente Geral dos Correios.

Esclarecido e dinâmico o Superintendente dos Correios teve um papel muito relevante na modernização deste importante serviço público; fez publicar legislação de ordem diversa e introduziu melhoramentos em muito sectores.

Os Correios Assistentes ficaram dependentes do Superintendente Geral considerando-se rendeiros do Estado, situação que se manteve até à grande Reforma que resultou das bases estabelecidas pelo Decreto de 27 de Outubro de 1852 no reinado de D.^a Maria II.

A grande reforma de D. Maria II

A Reforma dos Correios que tem por base o Decreto de 27 de Outubro de 1852, implementada em 1853, (Figura 5) veio a dar origem aos primeiros selos portugueses postos em circulação em Julho deste ano. O país foi dividido em Administrações Postais, pelo que os Correios Assistentes passaram a ser Directores de Correios.



Figura 5 – A Rainha D. Maria II.

Os selos têm como base a efigie da Rainha D.^a Maria II, impressa em relevo o que torna esta emissão, considerando as técnicas na época, uma das mais belas de sempre. As taxas são de 5, 25, 50 e 100 réis, (Figura 6) com desenho e gravura de Francisco de Borja

Freire (1790-1869) e os selos foram impressos manualmente (Figura 7) na Casa da Moeda. Os selos de 100 réis novos, isto é sem carimbo ou conservados em cartas completas são muito apreciados internacionalmente, constituindo peças raras de muito alto valor.



Figura 6 – Os primeiros selos portugueses

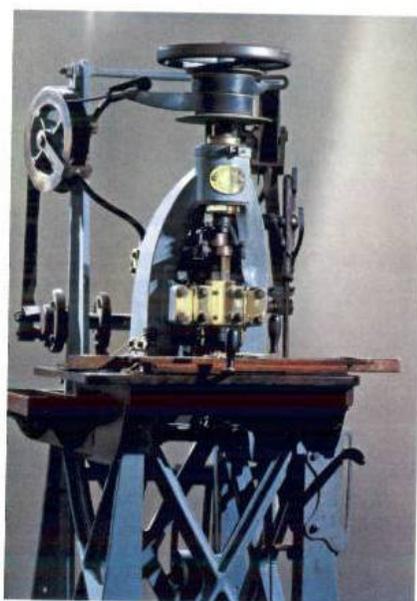


Figura 7 – A máquina que imprimiu os primeiros selos portugueses.

Vem a talhe de foice lembrar que o primeiro selo do mundo apareceu na Inglaterra. Em 6 de Maio de 1840 foi posto em circulação o famoso **Penny Black**, (Figura 8) com a efígie da Rainha Victoria.



Figura 8 – O famoso “Penny Black”, com a efígie da Rainha Victoria da Inglaterra.

“Sir” Rowland Hill, (Figura 9) homem de génio, conseguiu fazer aprovar no parlamento inglês a grande reforma dos Correios, que viria a revolucionar as comunicações postais com a introdução da taxa única; antes daquela data os portes do correio eram muito dispendiosos e só os ricos e poderosos beneficiavam deste serviço. As taxas eram calculadas de acordo com o peso e a distância, (Figura 10) ou seja, cada estação de correios tinha a sua própria tabela de taxas e portes o que era motivo de grande confusão. Com a taxa única, uma carta pagava de porte sempre a mesma importância, quer a distância fosse de um quilometro ou de cem.

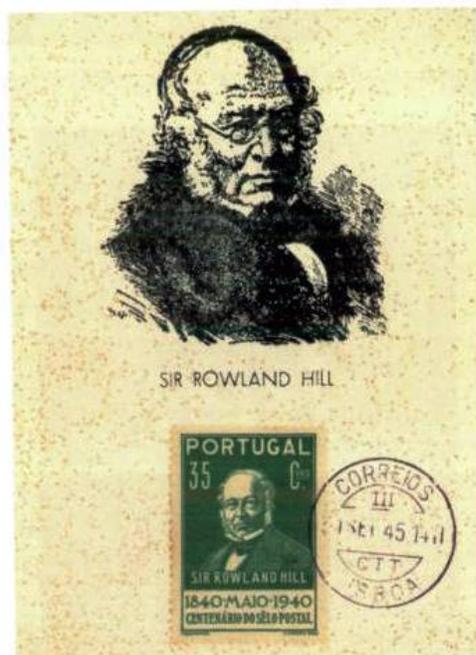


Figura 9 - “Sir” Rowland Hill



Figura 10 – Balança de Lourenço de Araújo: Indicava a quantia a pagar não só em função do peso como da distância (Antigo Museu dos CTT).

Os portes, é claro, variavam com os pesos. A polémica foi grande e as discussões no parlamento inglês não tinham fim; chegou até a dizer-se que era um insulto pôr-se o retrato de Sua Majestade colado numa carta que andaria por todo lado dentro de um saco e ainda por cima conspurcado com o borrão de um carimbo. O Correio Mor do Reino Unido (Postmaster-General), afirmou: “é o mais extravagante de todos os esquemas loucos e visionários dos que tenho ouvido”.

Na realidade a inovação foi um extraordinário sucesso, pois a circulação de cartas aumentou exponencialmente logo no primeiro ano. Sucesso que levou todos os países do mundo muito rapidamente a adoptarem o sistema. O caminho de ferro estava em pleno desenvolvimento desde de 1830, substituindo progressivamente a mala-posta: a Revolução Industrial precisava de mais e melhores transportes e comunicações.

Em termos filatélicos, o colecionismo da modalidade é dividido em dois grandes períodos: Filatelia Pré-Adesiva até ao aparecimento do primeiro selo móvel ou adesivo em cada país; depois, necessariamente começa o segundo período. Este aspecto merece, pois, para os não iniciados, repetimos, uma melhor explicação. Antes falava-se em “pré-filatelia” referindo todas as marcas, nominais, de porte ou outras usadas até ao aparecimento do selo tal como hoje o conhecemos; por oposição aos selos fixos, que eram as marcas de porte apostas por meio de carimbos ou manuscritas, que não podiam remover-se, claro, passou a designar-se de “período adesivo” o colecionismo de selos nas suas várias modalidades.

O aparecimento de uma nova modalidade de colecionismo - a História Postal -, em franco crescimento, considerada nos regulamento da Federação Internacional de Filatelia, tornou inadequado o uso da expressão “pré-filatelia”, como é bem de ver; contudo, alguns colecionadores, erradamente a nosso ver, ainda usam esta designação. E já agora, para terminar este capítulo chamamos a atenção do leitor interessado: verifique se entre os seus papéis antigos guardados lá no sótão num velho baú, espreite, dizíamos nós, pois pode encontrar cartas antigas anteriores ao aparecimento dos selos mas com as respectivas marcas do correio. Quem sabe se não ficará surpreendido deparando-se com algo de valor financeiro ou cultural. Lembre-se que algumas cartas com o carimbo nominal de **Albergaria** são raríssimas. E se possuir sobrescritos com selos, nunca descole, ou mutile a peça, em caso algum. Uma carta completa ou um sobrescrito intacto, regra geral, têm muito mais valor de que os selos lavados que, neste estado, por vezes nem valor comercial têm.

E não se admire por aqui fazermos distinção entre cartas e sobrescritos. Para quem não sabe, os sobrescritos só foram inventados, em data incerta nos anos 60 ou 70 do século XIX. Antes a escrita fazia-se numa folha de papel que se dobrava de forma a que depois do fecho lacrado ficava inviolável – era uma carta! Nos capítulos que se seguem podemos ver exemplos de cartas e sobrescritos.

O Período Pré-Adesivo em Albergaria-a-Velha

As mais antigas referências que conhecemos sobre os Correios, respeitantes a este Concelho, encontram-se nas “Memórias Paroquiais” de 1757, documentos com grande valia para o conhecimento do país real naquela época.¹

¹ Para mais pormenores veja-se a revista “*Selos e Moedas*” N.º 144, Dezembro de 2013, que poderá obter-se na Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos.

É claro que os Correios não poderiam estar ausentes de tão abrangente inquérito, pois nele se incluía, regra geral, a pergunta: “Se tem Correyo e em que dias da semana chega e parte, e se o não tem, de que Correyo se serve e quanto dista da terra onde ele chega?” As informações são practicamente iguais às do conhecido livro “Portugal Sacro-Profano”, editado em 1768, em Lisboa, obra igualmente muito importante, citada por todos quantos se dedicam a estudos da História Postal, encontra-se um extenso capítulo, da autoria de Pedro Nolasco dos Reis, que se intitula “**Notícia Individual dos Correios / de que se servem os Reinos / de Portugal, e Algarve**”. (Figura 11)

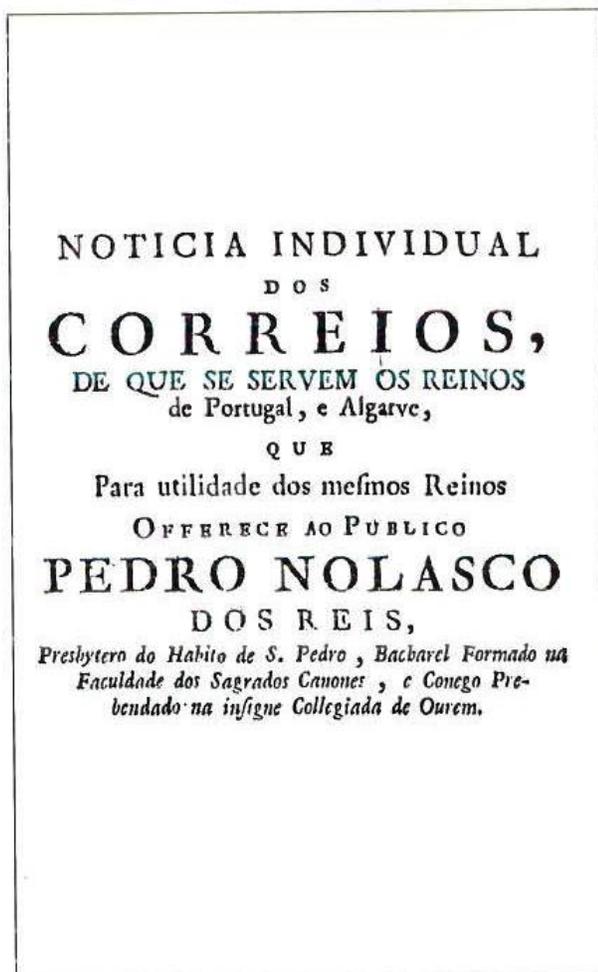


Figura 11

No que respeita à área geográfica do actual **Concelho de Albergaria-a-Velha**,² encontramos **Angeja, Frossos, Loure e Val-Maior**, com a indicação de que todas estas localidades se serviam do **Correio de Aveiro. Alcherubim**, segundo o referido “Portugal Sacro-Profano”, servia-se do **Correio do Sardão**, que figura neste livro, como tendo correio; isto causa-nos surpresa. (Quadro 1)

² Neste caso, como noutros, seguimos a ortografia usada nos documentos da época, para os topónimos.

Quadro 1

| NOTÍCIA INDIVIDUAL DOS CORREIOS. <i>Terras, que não tem Correio. Correios, de que se servem.</i> | |
|--|---------|
| → Angeja | Aveiro. |
| → Alcherubim | Sardão. |
| → Albergaria velha | Aveiro. |
| → Froflos | Aveiro. |
| → Loure | Aveiro. |
| → Val-maior | Aveiro. |

Em 1818 foi publicada uma “Tabella de partida e chegada dos Correios” acompanhada de “hum mappa que demonstra o giro do correio e sua mútua correspondência”. Nesta tabela encontramos Aveiro como Correio Assistente, com Delegações em Águeda e Albergaria Velha (topónimos escritos de acordo com a Tabela). No final deste período foram usados em **Albergaria** os carimbos nominais que se mostram no Quadro 2. Os dois primeiros são raríssimos e mostramos uma carta com a marca que Luís Brito Frazão catalogou com a referência ALB 1, a única conhecida. (Figura 12)

Quadro 2

| Carimbos nominais do período Pré-adesivo | | | | |
|--|---|-------|-------------------------------|----------|
| Número | Carimbos | Cor | Data Limite | Raridade |
| ALB 1 |  | Azul | 07-05-1841 | □ |
| ALB 1 |  | Sépia | 01-07-1841 | □ |
| ALB 2 |  | Preto | 03-06-1846 a 07-06-1853 | 7 |

Nota: o quadrado denota que só é conhecida uma carta com este carimbo.
Do livro “Pré-Filatelia Portuguesa”, por Luís Brito Frazão.

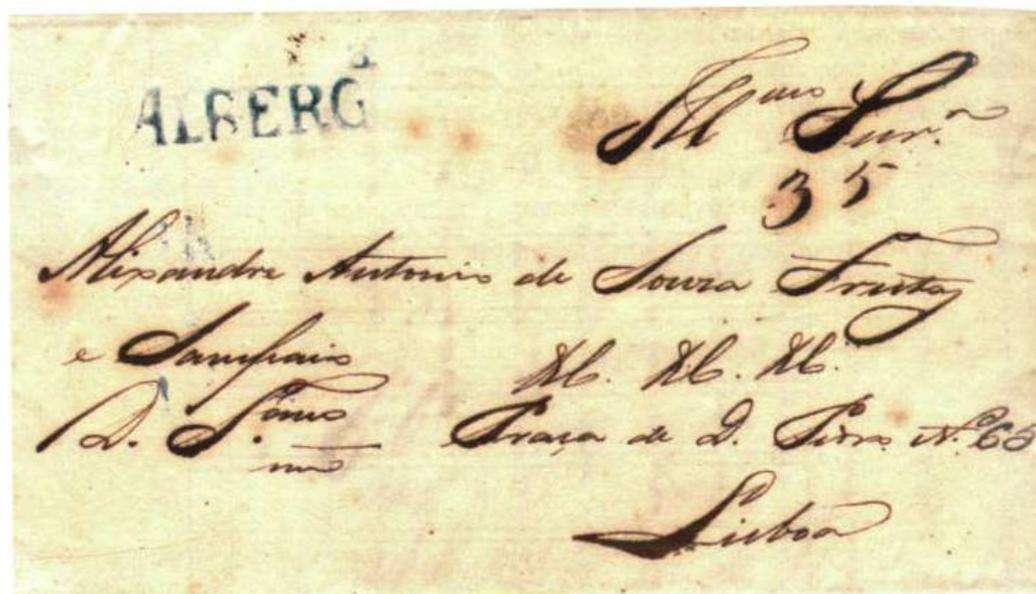


Figura 12 – A primeira marca de Albergaria-a-Velha, aplicada em carta de 7 de Maio de 1841. Única carta conhecida com este carimbo nominal. Gravura extraída do livro “Pré-Filatelia Portuguesa – Marcas postais utilizadas em Portugal Continental na época Pré-Adesiva (1799-1853)”, de Luís Brito Frazão

Os portes pagos ou a pagar, eram manuscritos ou batidos com um carimbo. Associando-se o carimbo nominal (correio de origem) ao destino inscrito no endereço da carta automaticamente conhecia-se a distância, enquadrando-a na respectiva tabela.

Voltando aos Correios Assistentes que, por vaidade, se autodenominavam “Correios-Mores de”... anotamos que por decreto de 16/Março de 1797, concretizou-se a incorporação do Correio na Administração do Estado, já que antes, a partir de 1606, tão importante serviço público era privilégio da família Mata Coronel, como vimos.

Os Correios Assistentes, por isso passaram a ser rendeiros do Estado³, cargo que sempre foi uma autêntica sinecura, muito disputado, envolvendo fortes influências políticas. O Correio Assistente de Aveiro, António Rangel de Quadros Cabral e Moura, que exerceu o cargo de 1804 a 1834, tinha em 1804, uma equipa de pessoal (fiéis e escriturários), onde se incluía entre outros, o fiel de **Albergaria** José Luís Tavares.

Contudo, o Correio Delegado de Albergaria-a-Velha foi nomeado cerca de 1830, de combinação com aquele Correio Assistente⁴; chamava-se Sebastião Marques da Silva⁵ e manteve-se no cargo até 1834. Por irregularidades e insuficiência de habilitações foi substituído pelo boticário José Gomes Lobato⁶, que ocupou o cargo apenas alguns meses,

³ Antes de 1797, os Correios Assistentes (ou Correios-Mores de...) eram rendeiros do Correio-Mor do Reino.

⁴ Informação recolhida no “Jornal de Albergaria”, de 15/12/1998.

⁵ Sebastião Marques da Silva, “o Grilo”, natural de Albergaria-a-Velha, foi acusado de ser Liberal. Casou em 1834 em Albergaria-a-Velha, com Maria Emília da Costa e Silva, doméstica, nascida em 1806 em Albergaria-a-Velha, onde moraram na Rua da Calçada e tiveram nove filhos (FERREIRA, D. B., 2013, p. 19).

⁶ José Gomes Lobato, boticário, nasceu em 23 de Maio de 1782 na Rua da Calçada, em Albergaria-a-Velha, filho de Manuel José Gomes Lobato, boticário, natural de Albergaria-a-Velha, e de sua mulher Joana Mateus Garcia de Moraes, natural de Fermelã.

pois teve de retirar-se para o Porto, por motivos políticos, já que estava envolvido no assassinato de um juiz eleito. Durante bastantes anos o cargo ficou na posse da família de António Augusto Henriques Ferreira⁷, até à grande reforma de 1852⁸. Nesse tempo o Correio Delegado pagava de renda 20\$000 réis anuais ao Administrador do Correio de Aveiro. (Figura 13)

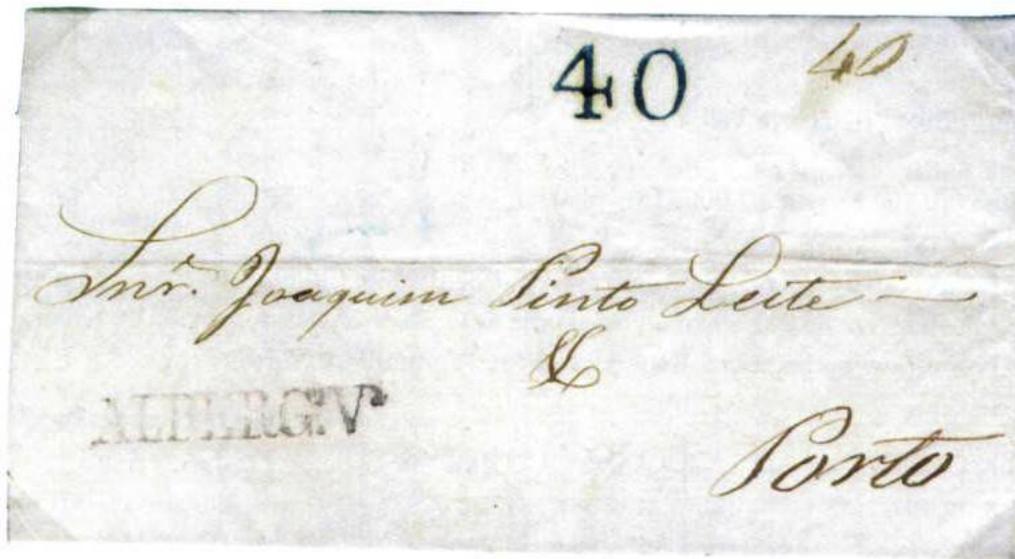


Figura 13 – Carimbo nominal do Período Pré-Adesivo, utilizado ainda depois de 1853. Porte de quarenta réis batido por carimbo. Gravura extraída do livro “Correios Portugueses entre 1853-1900 [Os]”, de Pedro Marçal Vaz Pereira.

O Período Adesivo

Na primeira grande reforma (1852), que como vimos, viria a dar origem aos primeiros selos portugueses, (Quadro 3) em 1853, **Albergaria-a-Velha** foi classificada como Direcção, tendo-lhe sido atribuído o n.º 79. O carimbo obliterador era do modelo de vinte e oito barras juntas, passando mais tarde ao modelo de oito barras. (Figura 14)

⁷ António Augusto Henriques Ferreira, proprietário, 5.º Senhor da “Casa e Capela de Santo António”, 4.º Senhor da “Casa da Travessa” e Senhor da “Quinta da Biscaia”, em Albergaria-a-Velha, nasceu em 28 de Agosto de 1815 em Albergaria-a-Velha, filho de João Henriques Ferreira e D. Venância Clara Margarida Nunes da Silva Tavares e Carvalho, Senhores da “Casa e Capela de Santo António”, da “Casa da Travessa” e da “Quinta da Biscaia”, em Albergaria-a-Velha. Foi à semelhança de seus irmãos João e José acusado de Liberal e de ter dado fogo nas Talhadas, então com 13 anos. Fez parte da Companhia de Ordenanças organizada em Albergaria-a-Velha (1828); foi Juiz de Paz da mesma freguesia (1835-1836); foi o primeiro Provedor - Administrador do Concelho de Albergaria-a-Velha (1834-1835), voltando a sê-lo mais tarde (1837, 1838, 1846 e 1847); fundou como redactor o primeiro jornal publicado em Albergaria-a-Velha, *O Vesicatório* (1864-1865); foi juiz ordinário substituto do Julgado de Albergaria-a-Velha (1871); Presidente Honorário da Assembleia Geral da Associação de Socorros Mútuos Gonçalo Eriz (1882) e o primeiro Director do Correio em Albergaria-a-Velha (1853-1881). Possuía na sua “Quinta da Biscaia” uma fábrica de louça (1844-1847), onde se revelou como escultor de mérito. Faleceu solteiro e sem geração, em 11 de Setembro de 1885, na sua “Casa da Travessa”, em Albergaria-a-Velha. (FERREIRA, D. B., 1999, pp. 391-392).

⁸ Informação recolhida no “Jornal de Albergaria”, de 15/12/1998.

Quadro 3

| Correio do Concelho de Albergaria-a-Velha até 1880 | | | | | | |
|--|--------------------------|---------------------|---------------------|------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| Nome da localidade | Período Pré-Adesivo 1818 | 1.ª Reforma 1852 | 2.ª Reforma 1869 | Lista de Correios 1878 | 3.ª Reforma 1880 (Estações) | Carimbos |
| Albergaria-a-Velha | Delegação de Aveiro | Direcção N.º 79 | Direcção N.º 80 | Direcção N.º 80 | 3.ª Classe | Nominais Barras Datados |
| Alquerubim | | | | Delegação de Aveiro | 5.ª Classe | Datados |
| Angeja | | Delegação de Aveiro | Delegação de Aveiro | Delegação de Aveiro | 5.ª Classe | Nominais Datados |

Obs.: Na 2.ª Reforma Albergaria-a-Velha tinha uma Delegação em SEVER [DO VOUGA].



Figura 14 – Carimbo de barras n.º 79.

E, como se verifica no esquema acima apresentado, **Albergaria-a-Velha** manteve-se como Direcção na 2.ª Reforma (agora com o n.º 80, no respectivo carimbo de oito barras), baixando abruptamente para estação de 3.ª classe na 3.ª Reforma. O carimbo com o número 80 era também do tipo de oito barras.

Neste período e com excepções até cerca de 1900, devido à introdução dos selos adesivos em 1853, obviamente a marcação das correspondências mudou completamente, passando a ser efectuada em duas operações: 1.º – Os selos eram obliterados por carimbos

de barras com a numeração correspondente às estações de correio (no caso de Albergaria foram atribuídos, primeiro o n.º 79 a depois o 80); 2.º – Na correspondência era ainda aplicada uma marca nominal atestando a sua origem.

Como pode ver-se nas gravuras, temos: **Albergaria.ª V.ª** (marca que transitou do período pré-adesivo; (ver Quadro 4) marca rectangular com os cantos cortados e a legenda **Albergaria/a/Velha**; (Figura 15) duas marcas ovais com a legenda **Albergaria** em letras de tipos diferentes; (Figura 16 e 17) marca ovalada com a legenda **Telegraphia Eléctrica/Albergaria a Velha**, a que foi atribuído o grau de raríssima (ver Quadro 4).

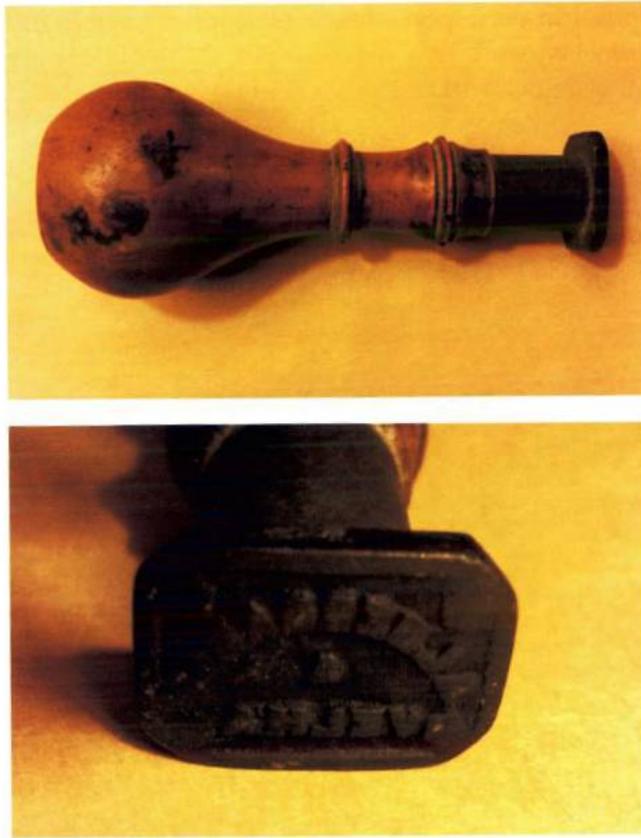
Quadro 4

| Carimbos nominais a partir da Primeira Reforma (1852) | | | |
|---|-------|----------|--------------------------|
| Marcas | Cor | Raridade | Período de uso |
| | Preto | RR | 1.ª Reforma Postal* |
| | Preto | RRR | 1.ª e 2.ª Reforma Postal |
| | Preto | R | 2.ª Reforma Postal |
| | Preto | R | 3.ª Reforma Postal |
| | Preto | RRR | 3.ª Reforma Postal |
| | Preto | RRR | 3.ª Reforma Postal |

* – Marca proveniente do período Pré-adesivo. Nota: RRR significa raríssimo. Do livro “Os Correios Portugueses entre 1853-1900”, por Pedro Marçal Vaz Pereira.



Impressão feita a partir do original (cortesia da Fundação Portuguesa das Comunicações)



Segundo carimbo nominal de Albergaria-a-Velha (Col. Delfim Bismarck Ferreira).
Na carta da figura abaixo, pode ver-se uma impressão deste carimbo.



Figura 15 – Carimbo de barras 80 (Gravura extraídas do livro “Os Correios Portugueses entre 1853-1900”, por Pedro Marçal Vaz Pereira. Cortesia do Autor).



Figura 16 – Marca nominal de Albergaria. Letra do tipo normando. Carimbo de barras 80 (Gravura extraídas do livro “Os Correios Portugueses entre 1853-1900”, por Pedro Marçal Vaz Pereira. Cortesia do Autor). Sobrescrito com tarja de “luto”.



Figura 17 – Carimbo de barras 80 (Gravura extraídas do livro “Os Correios Portugueses entre 1853-1900”, por Pedro Marçal Vaz Pereira. Cortesia do Autor).

É conhecida uma marca nominal de **Angeja**, também considerada raríssima. De **Alquerubim** não é conhecido qualquer carimbo nominativo neste período.

Vê-se que ao longo dos anos, em carimbos nominativos e em diversos documentos encontramos o topónimo assim grafado: ALBERGARIA VELHA, ALBERGARIA-a-VELHA ou simplesmente ALBERGARIA.

Curiosamente note-se que o carimbo do tipo “estrelinha”, de 1918, já tinha a legenda ALBERGARIA A VELHA, contrariando a designação que se encontra no livro “Portugal Sacro-Profano”. Causou alguma celeuma, o nome da terra sem “-A-”, pois sugere uma ideia diferente, com uma óbvia interpretação algo negativa. De notar que neste livro estão incluídas, como localidades distintas, os nomes de Albergaria (Arouca) e Albergaria Velha. Lapso do autor?

No que respeita à Mala-Posta não queremos deixar de salientar que **Sardão** é importante neste contexto. Segundo o livro a “Mala-Posta em Portugal”, da autoria de Godefredo Ferreira, o troço de Coimbra ao Sardão inaugurou-se em 15/Outubro de 1857; esta localidade era a 17.^a estação (a partir do Carregado), [...] “onde rapidamente se mudavam as alimárias e se entregava o correio para a próxima vila de Águeda”. Note-se que não é referido correio local, pelas razões acima apontadas. A 18.^a estação da Mala-Posta era **Serém** (Águeda), onde se mudavam apenas os cavalos, seguindo-se depois para **Albergaria-a-Velha**.⁹ (Figura 18)

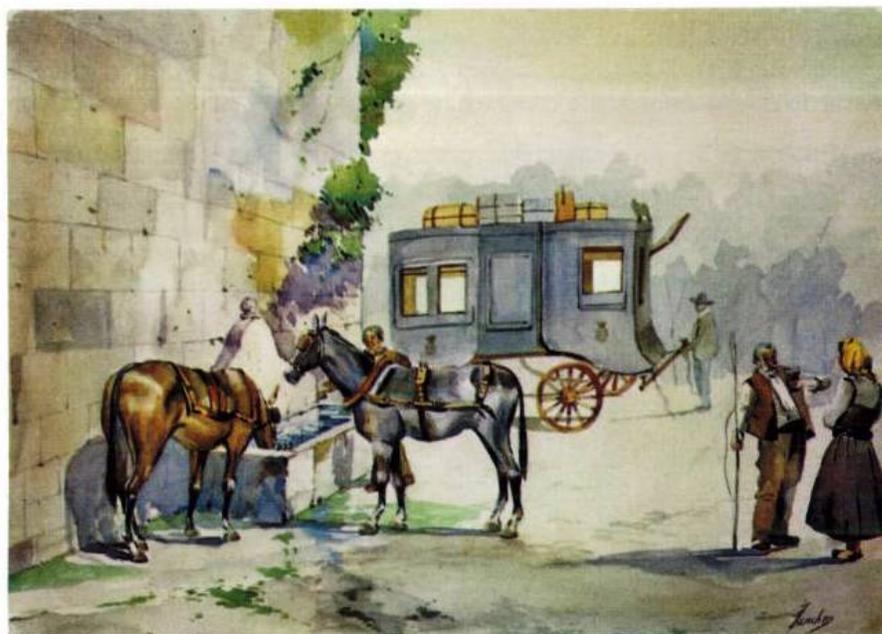


Figura 18 – Estação de muda da Mala-Posta. Uma cena típica.

⁹ FERREIRA, Delfim Bismarck, “A Mala-Posta em Albergaria-a-Velha”, *Jornal de Albergaria*, n.º 227, Ano X, 2.^a Série, 12 de Novembro de 2002: “Em 1859, foi edificada a mala-posta de Albergaria, muito próxima de Serém, ao poente da antiga Estrada Real cerca de 40 metros, no sítio chamado as Arrôtas de Serém ou “onde o morto matou o vivo”, junto à estrada que dá para Paus. Esta edificação foi feita com os materiais (alvenarias, cantarias, telhas, calões e madeiramentos) provenientes da demolição feita nesse mesmo ano de um palacete que José Mourão da Rocha Botelho Magalhães Figueirôa construíra na Assilhó”.



Vem a propósito referir que em **Albergaria-a-Velha**, onde não havia estação da Mala Posta, fazia-se uma breve paragem para entregar e receber as malas de correio referentes a esta Vila e a Aveiro.

Não sabemos (e parece-nos que o assunto nunca foi estudado) como se fazia e a quem competia o transporte de correio de Albergaria-a-Velha para Aveiro.

O Caminho de Ferro do Vale de Vouga, em toda a sua extensão foi oficialmente aberto à exploração a 15 de Fevereiro de 1914. Contudo, a partir de 1910, já **Albergaria-a-Velha** recebia correio através desta linha, ainda em construção. A ambulância que circulou entre **Espinho** e **Santa Comba**, só iniciou a sua exploração em 1931; os carimbos com o potamónimo de Vouga I e Vouga II, de diversos modelos, foram utilizados nesta ambulância nos dois sentidos. (Figura 19 e 20)



Figura 19 – Ambulância Postal antiga



Figura 20 – Carimbos da ambulância postal Vouga I e Vouga II

É claro que a história dos Correios no Concelho de Albergaria-a-Velha não termina com a Posta Rural que, pela sua importância e interesse, analisamos em capítulo separado.

Não é fácil referir a sua evolução em tantos anos; esse estudo seria prolongado e extenso. De muito interesse seria saber onde estiveram, no passado, instaladas as estações de correio e conhecer o nome dos intervenientes neste tão importante serviço público. A investigação teria de ser no local, por pessoa determinada e entusiasta, com acesso a arquivos apropriados¹⁰.

Apenas como referência e sem pretensões de fazer uma listagem exaustiva, escolhemos aleatoriamente uma “Lista de Estabelecimentos dos Correios”, relativamente antiga, onde encontramos relacionados os seguintes correios, de várias categorias: Albergaria-a-Velha, Frias de Baixo, Frias de Cima, Alquerubim, Pinheiro (freguesia de S. João de Loure), Loure, Frossos, Angeja, Sobreiro, Valmaior, Telhadela, Ribeira de Fráguas e Branca.

Referimos apenas localidades servidas pela Posta Rural, em 1880 que tiveram depois estações ou postos de correio.

Nos Quadros 5 e 6 mostramos carimbos de algumas localidades apenas, pois não temos possibilidade de obter reproduções de outros carimbos.

Os Giros da Posta Rural

É oportuno transcrever o ofício que Guilhermino Augusto de Barros endereçou a todos os administradores dos Correios, datado de 20/Dez.1877, que é bem demonstrativo do interesse e cuidado com que tratava os assuntos respeitantes à Posta Rural: (Figura 21 e 22).

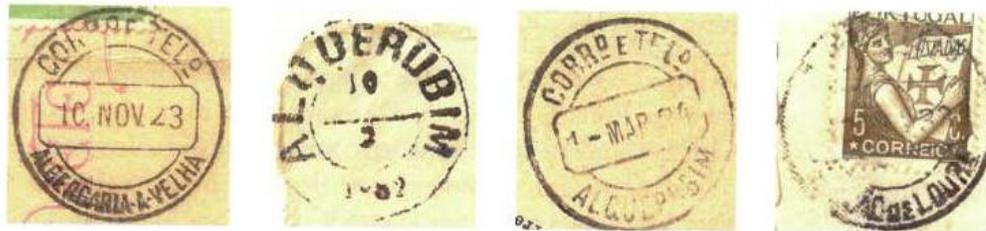
¹⁰ FERREIRA, Delfim Bismarck, VIGÁRIO, Rafael Marques, *Albergaria-a-Velha 1910 – da Monarquia à República*, Aveiro, ADERAV – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 2010, p. 131: Em 1910 existia uma estação telégrafo-postal em Albergaria-a-Velha, chefiada pela funcionária D. Maria Adelaide Ferreira, a qual veio a ser substituída, a partir de Agosto, por Laurentino Pacheco. Para além destes, também os guarda-fios Adolfo Rodrigues Nogueira Vidal, José Duarte Paulino, José Matias Marques de Lemos e Raul Rodrigues Branco, faziam a manutenção das linhas necessárias às comunicações. O carteiro Teodoro de Figueiredo fazia então a distribuição da correspondência postal na freguesia de Albergaria-a-Velha.

Quadro 5



Carimbos marcas-do-dia de Albergaria-a-Velha, Alquerubim e Angeja, de diversas épocas
(Cortesia de Paulo Rui Barata).

Quadro 6



Outros carimbos marca-do-dia de Albergaria-a-Velha, Alquerubim e São João de Loure
(cortesia Delfim Bismarck Ferreira)



Marca de Aviso de Recepção, indicação de registo batida por carimbo¹¹ e marca de taxa a pagar – multa¹² (tipo de marca pouco conhecida) utilizadas pelos correios de Albergaria-a-Velha (cortesia da Fundação Portuguesa das Comunicações)

¹¹ Carimbo em madeira, feito por um carteiro, segundo informações da FPC.

¹² Idem.



Figura 21 – Guilhermino Augusto de Barros, 1.º Director dos Correios, Telégrafos e Faróis.

Posta Rural

«Ilmo. Sr. — Sendo conveniente pôr ao alcance de todos o meio de enviar facilmente correspondências, com o que lucra o público e o correio por obter mais receita, oferecendo novas facilidades, vou consultar V. S.ª sobre os seguintes pontos:

1.º Será conveniente estabelecer nos contratos feitos para a condução de malas em carruagem a cláusula competente obrigando os arrematantes a levar na carruagem uma caixa apropriada para a recepção de cartas em trânsito — caixa que só é aberta nas estações postais?

2.º Deverá estender-se esta obrigação aos condutores a cavalo ou a pé, de modo que tenham, não caixa, mas uma bolsa acomodada a tal fim?

3.º Haverá inconveniente em que os carteiros sejam obrigados, por turno, a levar as correspondências uma ou duas vezes por semana aos casais ou aldeias que ficam a meia légua de distância principalmente quando haja de criar-se algum novo emprego desta qualidade?

4.º Para que fossem entregues todas as cartas que aparecessem no círculo postal a cargo de V. S.ª a toda a parte onde houvesse cidadãos, por mais isolado que fosse o casal, a quinta, etc., quantos carteiros rurais seriam necessários?

5.º Há alguma terra, no círculo postal a cargo de V. S.ª, que careça de repartição especial (d direcção, delegação, etc.) e, havendo, deverão tais repartições ser pagas pelo método actual?

Deus guarde a V. S.ª, Direcção-Geral dos Correios, em 20 de Dezembro de 1877.

O DIRECTOR-GERAL
Guilhermino Augusto de Barros»

Figura 22

A ordem do Director Geral dos Correios de 29/Dezembro/1880, manda pôr em execução o serviço da Posta Rural, mas apenas na parte respeitante ao Distrito de Aveiro, conforme o plano aprovado pela Portaria de 22 de Dezembro, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Também são emitidas, com aquela data, Instruções e as Tabelas 1 e 2, assinadas pelo Inspector dos Correios Ernesto Madeira Pinto. Estes documentos são muito importantes para a correcta leitura das peças filatélicas da Posta Rural.

Um dado fundamental, que importa desde já salientar, é que este serviço dos Correios nada tinha a ver com a actual distribuição domiciliária das correspondências, pois que os carteiros, atendendo às modernas tecnologias, limitam-se a fazer a sua entrega.

As funções dos carteiros da Posta Rural eram muitas e complexas, como pode facilmente compreender-se pelo extracto das “Instruções/Para o/Serviço da Posta Rural” assinadas pelo Inspector dos Correios, Ernesto Madeira Pinto, conforme a Ordem da “Direcção Geral dos Correios Telegraphos e Pharoos – 29 de Dezembro de 1880”, que resumimos.

É-nos impossível transcrever por completo estas “Instruções”, não obstante o seu inegável valor; o espaço escasseia, além do que muito do articulado não tem interesse directo para este trabalho, mas os artigos que transcrevemos são bem elucidativos, destacando-se especialmente o que respeita ao lado humano da Reforma. Paraphraseando o conhecido filatelista Coronel Guedes de Magalhães “o carteiro rural era uma verdadeira repartição postal ambulante!”. Repartição constituída por um só homem, acrescentamos nós! ... (Figura 23)



Figura 23 – Distribuidor da Posta Rural – 1893

Contudo, não podemos deixar de tecer algumas considerações, mais de ordem geral, em relação aos carteiros do serviço da Posta Rural, antes de passarmos ao que mais directamente nos interessa – a Posta Rural no Concelho de Albergaria-a-Velha.

Vejamos, por exemplo, os seguintes artigos:

Artigo IV

Aos distribuidores ruraes compete:

- 1.º - *Distribuir, nas localidades marcadas no seu itinerario e em todos os pontos situados no caminho que têm a percorrer, não só as correspondencias ordinarias, registadas e officiaes que lhes forem confiadas na estação d'onde partirem, mas tambem as correspondencias ordinarias devidamente franqueadas e as officiaes que tiverem recebido em transitio.*
- 2.º - *Distribuir, nas localidades comprehendidas no seu giro, os telegrammas destinados aos pontos situados fóra da area da distribuição gratuita, quando os expedidores não tenham pago a taxa para proprio.*
- 3.º - *Entregar ao depositario da caixa do respectivo logar ou freguezia as correspondencias que não podem ser distribuidas, e recolher aquellas que não foram ahí procuradas no praso de quinze dias.*
- 4.º - *Abrir as caixas de correio indicadas no seu itinerario, e dar o devido destino tanto ás correspondencias ahí encontradas, como áquellas que lhes forem entregues no caminho.*
- 5.º - *Receber das auctoridades e dar o devido destino ás correspondencias officiaes que houverem de ser expedidas pelo correio.*

- 6.º - Receber os telegrammas, fechados ou abertos, que lhes forem confiados no transito e entregal-os na estação competente.
 - 7.º - Inutilisar, pela affixação da marca PR, os sellos affixados nas correspondencias devidamente franqueadas que receber no caminho para pontos comprehendidos no seu giro.
 - 8.º - Effectuar a cobrança de letras, recibos e obrigações que lhes for incumbida pela estação de que dependem, e dar contas da mesma cobrança.
 - 9.º - Receber assignaturas para publicações periodicas e cobrar a sua importancia, conforme for determinado.
 - 10.º - Conduzir malas de correio, fechadas, para os pontos comprehendidos no seu giro, que forem determinados.
 - 11.º - Vender sellos e quaesquer formulas em que haja estampilha postal ou telegraphica.
 - 12.º - Entregar na estação competente a importancia dos portes da correspondencia não franqueada ou com franquia insufficiente que tiverem distribuido.
- §1.º - Os distribuidores ruraes ficam auctorizados a:
- 1.º Receber correspondencias, devidamente franqueadas, para serem registadas sem declaração de valor;
 - 2.º - Receber dinheiro, acompanhado da respectiva requisição, para ser convertido em vales do correio ou telegraphicos.
- §2.º - Cada distribuidor rural pôde, sem augmento de retribuição, accumular as suas funções com as de encarregado de uma estação de 5.ª classe, nos casos em que a direcção geral julgar essa accumulção conveniente para o serviço.

Artigo XI

A cada distribuidor rural deve ser fornecido pela direcção geral: Uma bolsa de couro para conduzir as correspondencias; Uma caixa, pequena, de folha de Flandres para guardar sellos; Uma chave para abertura das caixas de correio; Uma marca com as letras P R (posta rural); Uma bala com tinta para marcação das correspondencias; Uma busina para dar signal da sua entrada e passagem nas povoações; Um tinteiro. (Figura 24)



Figura 24

Os distribuidores passam recibo d'estes objectos, e são responsaveis por elles, ficando obrigados a indemnizar a fazenda no caso de descaminho ou avaria dos mesmos.

Nota: Os carteiros eram ainda obrigados a trazer consigo: duas cadernetas e cinco modelos de impressos, para o cabal desempenho das suas funções.

Segundo o relatório do Inspector Ernesto Madeira Pinto, acima mencionado, os carteiros rurais, prestáveis mas sacrificados funcionários, além de transportarem todos os apetrechos e malas de correio¹³ e de serem responsáveis por tantas tarefas, ganhavam apenas 300 réis diários,¹⁴ importância “razoável na maioria dos concelhos, não obstante os jornaleiros ganharem normalmente em alguns concelhos do distrito de Aveiro salário inferior. Convém admitir, porem, que os distribuidores devem saber ler, escrever e contar [...]”. Isto depois de caminharem 8 horas! (Figura 25) Não tinham uniformes, eram responsáveis pelo material que lhes era atribuído, só ganhavam nos dias em que trabalhavam e deveriam prestar caução. Os Regulamentos estabeleciam ainda diversas proibições lógicas (como respeitar a privacidade das correspondências); os carteiros não podiam [...] “demorar-se durante a distribuição nas ruas, estradas, casas, casais ou lojas” (o negrito nas “lojas” é nosso, e podemos perceber o seu significado nas entrelinhas...).



Figura 25 – Podómetro (interior e exterior): aparelho que se amarrava numa perna do distribuidor; contava o número de passos e por estimativa a distância percorrida. Era também usado no Exército.

Desejamos ainda chamar a atenção para as inegáveis vantagens (diríamos mesmo extrema utilidade) de alguns serviços prestados pela Posta Rural: efectuar cobranças de letras e recibos, venda de selos, receber dinheiro para emissão de vales do correio, receber assinaturas para publicações periódicas e cobrar a sua importância... Importantíssimo para os mais letrados daqueles tempos era este último serviço, como deve calcular-se! O jornal constituía o seu único contacto com o exterior!... (Figura 26)

¹³ Transportavam ainda, por vezes, malas fechadas provenientes de outras localidades fora dos seus giros.

¹⁴ Segundo o relatório de Ernesto Madeira Pinto, o custo estimado para o funcionamento da Posta Rural no Concelho de Albergaria-a-Velha, seria de 219 mil réis anuais.



Figura 26 – As populações esperavam ansiosamente a chegada do distribuidor rural que lhes trazia o correio (Pintura de J. Pedro Roque Martins Barata).

Lembramos que a Posta Rural foi criada pelo Decreto de 23 de Setembro de 1880; Aveiro foi o primeiro Distrito do país a beneficiar deste importante melhoramento, conforme a portaria de **Sua Magestade de El-Rei**, datada de 22 de Dezembro de 1880, que junto se transcreve. (Figura 27) Todas as freguesias do país foram sucessivamente contempladas com a presença dos prestáveis distribuidores, que bem merecem o nosso reconhecimento.

PORTARIA

Sua Magestade El-Rei, a quem foi presente a proposta da direcção geral dos correios, telegraphos e pharoes, acompanhando o relatório e plano para a organização do serviço da posta rural no districto de Aveiro: ha por bem approvar a referida proposta, e determinar que o plano de que se trata seja posto em execução com brevidade.

Paço, 22 de dezembro de 1880. — Augusto Saraiva de Carvalho.

Figura 27

Para uma melhor leitura do presente trabalho fazemos notar que nem sempre os giros coincidiam com os actuais concelhos, já que as divisões administrativas tiveram alterações no decorrer dos tempos. Também, por vezes, algumas freguesias eram servidas pelos distribuidores de outros concelhos, por razões de ordem prática, avaliadas no terreno. Como exemplo referimos **Angeja**, ponto de encontro dos distribuidores dos Concelhos de Albergaria-a-Velha e Estarreja; notamos também que as freguesias de **Branca** e **Ribeira de Fráguas** do **Concelho de Albergaria-a-Velha** foram integradas no 4.º giro de **Oliveira de Azeméis**; um outro exemplo ainda: **Angeja** era, na 1.ª Reforma, uma delegação de Aveiro.

É por esta razão que as localidades de **Telhadela**, **Ribeira de Fráguas**, **Palhal** e **Branca**, estavam incluídas no 4.º giro do concelho de **Oliveira de Azeméis**, que dependia deste correio, estando os distribuidores estacionados em **Pinheiro da Bemposta**.

Do “Plano para o Serviço da Posta Rural”, também elaborado pelo mesmo Inspector dos Correios e incluído no Relatório referido, transcrevemos o original da respectiva informação (Figura 28) e igualmente a composição dos giros respeitantes ao Concelho. (Figuras 29 e 30)

Albergaria

Os giros foram organizados tendo em vista os horarios estabelecidos para as conducções de malas entre Albergaria e diversos correios, e as distancias entre algumas freguezias do concelho e os correios proximos.

Este concelho fica dividido para a permutação de correspondencia — em quatro zonas.

1.ª Comprehende as freguezias de Branca e Ribeira de Fragoas, servidas pelo distribuidor que sae do Pinheiro da Bemposta.

2.ª Comprehende as freguezias de Alquerubim, S. João de Loure e Frossos servidas pelo distribuidor que sae de Albergaria. As correspondencias que transitam pelo caminho de ferro são recebidas pela mala estabelecida entre Aveiro e Alquerubim, e são expeditas: as de Alquerubim, pela mala directa para Aveiro; as de S. João de Loure e Frossos pelo distribuidor de Albergaria que as entrega em Angeja ao distribuidor que d'ali segue para Estarreja.

3.ª Comprehende Angeja, que recebe correspondencias simultaneamente pelo distribuidor de Albergaria e pelo de Estarreja.

4.ª Comprehende Albergaria e Valmaior, que recebem e expedem todas as correspondencias por intermedio do correio da villa de Albergaria.

Comprehende este concelho dois giros de posta rural. — O primeiro é feito em boas estradas municipaes regularmente conservadas. — O segundo é feito na maior parte em caminhos vicinaes.

Figura 28

1.º giro

Estação de que depende o distribuidor — Albergaria.
 Residência do distribuidor — Albergaria.
 Tempo para o percurso, compreendendo as paragens — 6 horas.
 Hora a que deve principiar a distribuição — 6 horas da manhã.

| Localidades compreendidas no giro | Pontos onde deve haver caixa de correio | Observações |
|-----------------------------------|---|---|
| Assilho..... | - | (a) Recebe na estação de Alquerubim a correspondencia procedente de Aveiro com destino a todo o seu giro. (b) Entrega ao distribuidor do 1.º giro de Estarreja a correspondencia para esta estação e a que houver de ser expedida pelo caminho de ferro. — Distribue em Angeja as correspondencias que para este ponto recebeu no transitio. |
| Frias | - | |
| Alquerubim (a)..... | C | |
| Pinheiro..... | - | |
| Azenhas..... | - | |
| S. João de Loure..... | C | |
| Loure..... | - | |
| Frossos | C | |
| Angeja (b)..... | C | |
| Sobreiro..... | - | |
| Regressa a Albergaria. | | |

Nota

A estação de 5.ª classe em Alquerubim continua a permutar mala com Aveiro.

Figura 29

32

2.º giro

Estação de que depende o distribuidor — Albergaria.
 Residência do distribuidor — Albergaria.
 Tempo para o percurso, compreendidas as paragens — 4 horas.
 Hora a que deve principiar a distribuição — depois da chegada do correio de Estarreja.

| Localidades compreendidas no giro | Pontos onde deve haver caixa de correio | Observações |
|-----------------------------------|---|-------------|
| Villa de Albergaria | - | |
| Valmaior | C | |
| Regressa a Albergaria. | | |

Notas

O distribuidor depois de concluir a distribuição regressa á estação, onde é empregado tanto na marcação de correspondencias e outros serviços internos, como na distribuição de telegrammas.

Figura 30

Queremos com isto dizer que no nosso estudo, seguimos sempre os percursos dos diferentes giros estabelecidos no relatório do Inspector dos Correios Ernesto Madeira Pinto, datado de 29/12/1880. Usámos também a grafia da época para alguns topónimos, quando referidos a documentos antigos.

O relatório do Inspector dos Correios Ernesto Madeira Pinto, datado de 19/12/1880, refere-se à Vila de Albergaria de forma bastante circunstanciada; o Concelho tinha a peculiaridade de ser, em parte, servido também pelos distribuidores do 1.º giro de Estarreja e 4.º giro de Oliveira de Azeméis¹⁵ conforme já mencionado.

As despesas com os distribuidores, de Albergaria montavam a 219\$000 réis anuais.

Apresentamos a seguir os giros de forma esquemática, na impossibilidade de reconstituir os percursos nos caminhos / estradas actuais. (Figura 31)

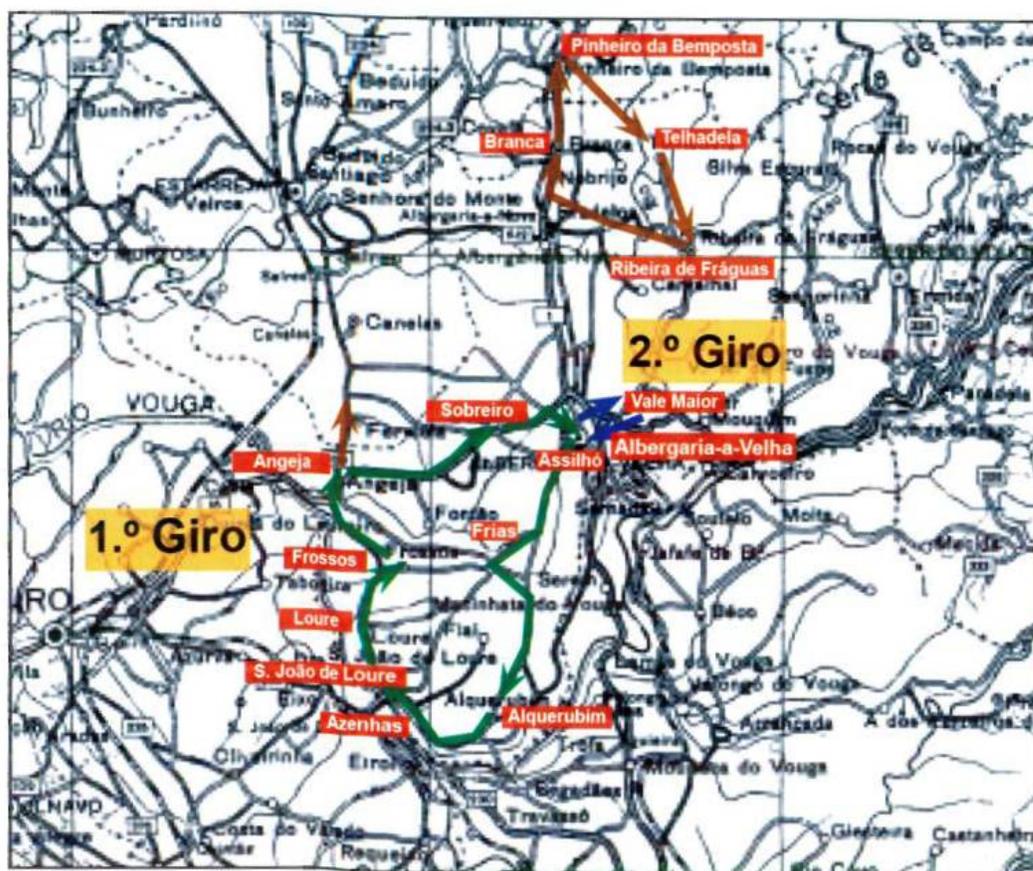


Figura 31 – Os 2 Giros da Posta Rural em Albergaria-a-Velha

Assim, situamos os giros numa carta geográfica, reduzidos a um esboço de pequenas dimensões,¹⁶ podendo o leitor interessado facilmente encontrar num mapa, mais ou menos detalhado, as respectivas localidades e o percurso relativo dos giros.

¹⁵ Para mais detalhes ver “Selos & Moedas” N.º 144, Dezembro de 2013.

¹⁶ Conforme sempre fizemos noutros estudos.

Nota-se que foram estabelecidas caixas de correio em **Alquerubim, S. João de Loure, Frossos, Angeja e Vale Maior**. A estação de 5.^a classe de **Angeja** foi suprimida. Contudo, **Alquerubim**, a par de caixa de correio, continua como estação de 5.^a classe, permutando malas com Aveiro.

Mantém-se uma condução de malas anteriormente existente, entre **Albergaria e Macinhata do Vouga**, no Concelho de Águeda.

No 2.^o giro, pouco extenso, o percurso demorava apenas 4 horas; o distribuidor regressava a **Albergaria**, ocupando-se na marcação de correspondência, noutros serviços internos e distribuição de telegramas. Neste giro podemos observar uma interessante e aparente anomalia: inscreveu-se **Albergaria** em cima e depois **Villa de Albergaria** em baixo. Tratar-se-á apenas de uma imprecisão do compilador, ou poderá haver uma qualquer razão que não compreendemos?

As localidades de **Assilhó, Frias, Pinheiro e Azenhas** incluídas no 1.^o giro, não se encontram nas cartas geográficas actuais. Isto deve-se essencialmente a dois factores: terras que entretanto foram integradas nos perímetros urbanos de outras localidades, que tiveram maior desenvolvimento; povoações que ao longo dos anos perderam importância.

Muito a contra gosto não nos é possível mostrar neste trabalho uma carta ou bilhete-postal comprovadamente circulados num dos giros da Posta-Rural deste Concelho, com a respectiva marca PR.

É para nós um verdadeiro desgosto filatélico, acentuado pelo facto de escrevermos para a revista “Albergue” de 2014, vocacionada para a divulgação de temas de história e património do concelho.

Chamamos a atenção do leitor atento, que certamente estranhou este facto, lembrando-lhe que as peças filatélicas da Posta-Rural, na sua quase totalidade, são raras.

Mas quem sabe se este alerta não fará surgir peças filatélicas deste período, esquecidas ou ignoradas, para gáudio dos filatelistas e satisfação de todos os que se interessam pela cultura do concelho de Albergaria-a-Velha.

Em compensação reproduzimos os diversos tipos de marcas da PR conhecidos. Não é fácil associar cada tipo aos giros de determinado concelho. Este estudo nunca foi feito, dada a escassez de peças completas, que permitam a identificação das marcas, geralmente encontradas em selos soltos. (Fig. 32)

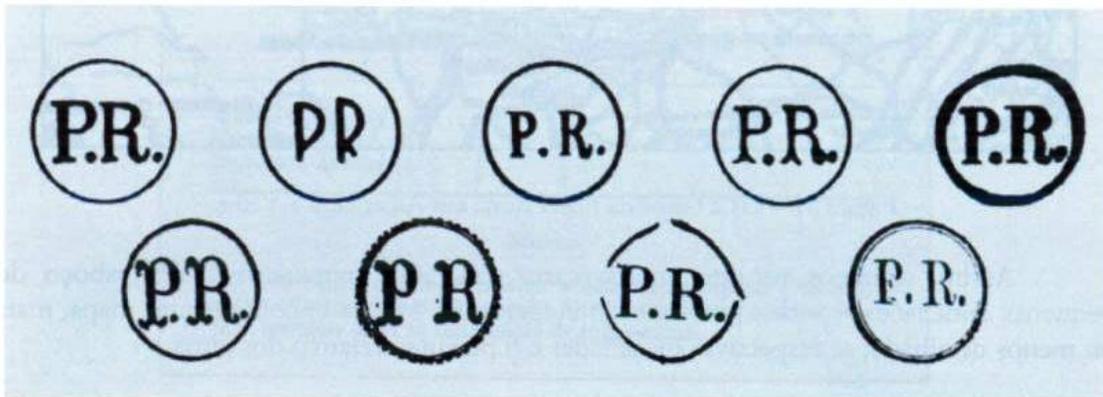


Figura 32 – Diversos modelos de carimbos da P.R.

Bibliografia

Aquivo do Distrito de Aveiro, Vol. III, N.º 12 – 1937

Arquivo de recortes do Autor (várias fontes).

Boletim Municipal de Aveiro, N.º 3 – Abril/1984.

FERREIRA, Delfim Bismarck, *Casa e Capela de Santo António em Albergaria-a-Velha – Genealogia, História e Arte*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999.

FERREIRA, Delfim Bismarck, “A Mala-Posta em Albergaria-a-Velha”, *Jornal de Albergaria*, n.º 227, Ano X, 2.ª Série, 12 de Novembro de 2002.

FERREIRA, Delfim Bismarck, “Os Costas”, *Correio de Albergaria*, n.º 19, III Série, 22 de Maio de 2013.

FERREIRA, Delfim Bismarck, VIGÁRIO, Rafael Marques, *Albergaria-a-Velha 1910 – da Monarquia à República*, Aveiro, ADERAV – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 2010.

FERREIRA, Godofredo, *Mala-Posta em Portugal* [A].

FERREIRA, Godofredo, *Algumas achegas para a História do Correio em Portugal*.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno/DICIONÁRIO*.

PEREIRA, Pedro Marçal Vaz, *Correios Portugueses entre 1853-1900* [O.].

PINHO, A. H. de Albuquerque, Para a História de Albergaria – Transportes e Correio, *Jornal de Albergaria*, 5/12/1998 e 17/01/1999

PINTO, Ernesto Madeira, *Plano para o Serviço da Posta Rural*.

REIS, Pedro Nolasco dos, *Portugal Sacro-Profano – Notícia Individual dos Correios*.

Repositório Postal Telegráfico (1º Suplemento), n.º 3, Dezembro de 1880.

“Selos & Moedas”, n.ºs 118 (Dezembro 2001), 120 (Junho 2002), 122 (Dezembro 2002), 144 (Dezembro 2013) e 145 (Abril de 2014) (artigos do autor). Nota: estas revistas podem ser obtidas através da Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos.

SOUSA, Alfredo Hermínio de, *Condução de malas do Correio e Posta-Rural*.

SOUSA, Manuel M. de Andrade e, *Temas da História Postal, Período Pré-Adesivo*.